

EDUCAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA: uma reflexão sobre políticas autoritárias e espaço público à luz arendtiana

Rebeka Cristina Rosa Borges¹
Rita de Cássia Souza Tabosa Freitas²

Resumo: Hannah Arendt dedica a sua produção teórica à reflexão sobre o cenário de crises que envolvem o mundo. A seara educacional, recorte teórico principal ao qual se dedica o presente estudo, apresenta-se, no contexto pós-moderno, de forma a estar em contato direto com as crises existente no cenário político, sendo esta crise educacional agravada, ainda, pela ascensão de movimentos neoconservadores na estrutura política brasileira. Nesse sentido, o objetivo geral ao qual se dedica a presente pesquisa perfaz em analisar em que medida o avanço de ações políticas autoritárias ocasionam a perda da função da escola frente à construção da cidadania sob a ótica da crise da educação no Brasil. O trabalho utiliza da abordagem qualitativa de dados, bem como os fenômenos são analisados a partir do método hipotético-dedutivo. O instrumento de coleta de dados foi demarcado pela análise e interpretação de produções científicas arendtiana e pelo uso da pesquisa de caráter bibliográfica, descritiva e exploratória. O arcabouço teórico configura o uso da técnica de análise de conteúdo. O uso da literatura arendtiana como estrutura básica para permite que a análise, de forma interdisciplinar, as áreas da Filosofia, Educação e o Direito. O olhar direcional ao exercício da pluralidade humana a partir das vivências no ambiente de transição, conceituado como o espaço escolar, faz com que possa perceber a ligação entre a ascensão de políticas com inclinação autoritárias e as crises na tradição, cultura, autoridade e do pensar.

Palavras-chave: Cidadania e Educação. Crise da Educação. Autoridade. Educação como Ação Política.

EDUCATION AND CITIZENSHIP'S CONSTRUCTION: a reflection about authoritarian policies and public space in an arendtian perspective

Abstract: Hannah Arendt dedicates her theoretical production to focusing on the perception of the scenario of crises that involve the world. The educational field, main theoretical framework to which this work is dedicated, it presents itself in the postmodern context to be in direct contact with the existing crises in the political scenario, the educational crisis is further aggravated by the rise of movements neoconservatives on the brazilian political structure. In this sense, the general objective to which this research is dedicated is to analyze to what extent the advance of authoritarian political actions lead to the loss of the school's role in the construction of citizenship from the perspective of the education crisis in Brazil. The work uses a qualitative data approach, as well as the phenomena are analyzed using the hypothetical-deductive method. The data collection instrument was defined by the analysis and interpretation of Arendtian scientific productions and by the use of bibliographical, descriptive and exploratory research. The theoretical framework configures the use of the content analysis technique. The use of Arendt's literature as a basic structure to analyze, in an interdisciplinary way, the areas of

¹ Graduanda em Direito pela Universidade de Pernambuco - *Campus* Arcoverde. Integrante do G-PENSE: Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias. E-mail: rebeka.borges@upe.br.

² Doutora em Filosofia pela UFPB. Mestre em Filosofia pela UFPB. Graduada em Direito pela Faculdade de Direito de Caruaru. Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco, Bacharelado em Direito, Campus Arcoverde. Vice-líder do G-PENSE: Grupo de Pesquisa sobre Contemporaneidade, Subjetividades e Novas Epistemologias. E-mail: rita.freitas@upe.

Philosophy, Education and Law. The directional view at the exercise of human plurality from the experiences in the transitional environment, conceptualized as the school space, makes it possible to perceive the connection between the rise of authoritarian policies and the crises in tradition, culture, authority and thinking.

Keywords: Citizenship and Education. Education Crisis. Authority. Education as Political Action.

EDUCACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE CIUDADANÍA: una reflexión sobre las políticas autoritarias y el espacio público a la luz de Arendt

Resumen: Hannah Arendt dedica su producción teórica a centrarse en la percepción del escenario de crisis que envuelven al mundo común. El campo educativo, principal marco teórico al que se dedica este trabajo, se presenta en el contexto posmoderno para estar en contacto directo con las crisis existentes en el escenario político, y esta crisis educativa se ve agravada por el auge de los movimientos neoconservadores sobre la estructura política brasileña. En este sentido, el objetivo general al que se dedica esta investigación se configura. Analizar en qué medida el avance de acciones políticas autoritarias provocan la pérdida de papel de la escuela en la construcción de ciudadanía desde la perspectiva de la crisis educativa en el Brasil. El trabajo utiliza el enfoque de datos cualitativos, así como los fenómenos se analizan mediante el método hipotético-deductivo. El instrumento de recolección de datos fue delimitado por el análisis e interpretación de las producciones científicas arendtianas y por el uso investigación bibliográfica, descriptiva y exploratoria. El marco teórico configura el uso de la técnica de análisis de contenido. El uso de la literatura arendtiana como estructura básica para permitir el análisis, de manera interdisciplinar, en las áreas de Filosofía, Educación y Derecho. La mirada direccional al ejercicio de la pluralidad humana desde las experiencias en el entorno transicional, conceptualizado como el espacio escolar, posibilita la comprender el vínculo entre el surgimiento de políticas de inclinación autoritaria y las crisis en la tradición, cultura, autoridad y pensamiento.

Palabras-clave: Ciudadanía y Educación. Crisis educativa. Autoridad. Educación como Acción Política.

Contornos iniciais sobre a percepção educacional arendtiana

Conceito criado por Cohen (1973) o pânico moral surge, propositalmente, não apenas no processo eleitoral brasileiro em 2018, como também nos próprios movimentos que antecederam as eleições, difundindo uma falsa percepção de pavor, como o Kit Gay, a URSAL e a doutrinação escolar comunista, que foram amplamente difundidas pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP). Arendt (2013a), em seus escritos sobre a função da mentira no meio político, retrata como a ação humana está intimamente ligada à sua ilimitada capacidade criativa. A capacidade de mentir (negar a verdade sobre os fatos) e a capacidade de agir (mudar

a realidade) estão relacionadas, pois fluem do imaginário humano e é da capacidade de ação que surge o cenário político.

Segundo o movimento, as educadoras e educadores não podem debater pontos que possam entrar em conflito com a base moral familiar dos estudantes, com a intenção de preservar a integridade dessa e demonizam quaisquer tipos de movimentos sociopolíticos, pois são esses que geram as maiores mazelas à essa moralidade, de acordo com esse modelo ideológico. O que, no entanto, não é levado em conta, é o fato de que a moralidade, tão fortemente defendida, trata-se de um comportamento subjetivo e não estático.

Para Moretti (2013) o ambiente escolar, além de cultivar o essencial ensino dos saberes científicos básicos e preparar as pessoas, no exercício da coletividade, para o mercado profissional, deve ter um objetivo maior: preparar para o exercício de seus direitos. Contudo, apesar de ser um espaço privilegiado para tal fim, o aprendizado da cidadania não é exclusivamente atrelado às carteiras de sala de aula. Com tal norteamto, o objetivo geral da presente pesquisa perfaz em analisar em que medida o avanço de ações políticas autoritárias ocasiona a perda da função da escola frente à construção da cidadania sob a ótica da crise da educação no Brasil.

A eliminação da política do ambiente escolar é não apenas, por si só, uma ação política, como também se trata de um ato autoritário de supressão do pensamento e da liberdade, é negação da realidade. Assim, é ainda possível seccionar o estudo em três pilares principais, sendo eles: a) discutir a importância de vivências de ação e discurso em espaços públicos para exercício da pluralidade humana sob ótica arendtiana, a partir ambientes escolares; b) compreender como a ascensão de medidas totalitárias associam-se com a crise na tradição e na cultura política do Brasil e, por fim, c) observar o esfacelamento da autoridade retratado por Arendt no contexto brasileiro de crise na educação.

Neste sentido, para que seja possível compreender a correlação entre alienação da esfera pública e a crise da educação, deve-se ter em mente ainda o conceito filosófico de autoridade tal como os romanos a concebiam. Para eles, autoridade, em latim, *auctoritas*, significava a obrigatoriedade que cada nova geração tinha diante de si e do mundo em dar continuidade ao que os antepassados iniciaram. No caso de Roma, os antepassados haviam iniciado a república, cabendo a cada geração, dar continuidade a esta fundação.

A ideologia, na visão de Ramos e Santoro (2017) seja no sentido de mentira, seja de falsa consciência, seja como conjunto das representações sociais ou ainda como visão de mundo, está sendo convidada a se retirar dos conhecimentos e processos de ensino, separando, assim, o processo histórico de produção do conhecimento dos sujeitos e realidades em que foram/são construídos.

Garantir a perpetuação do espaço público no hoje da história, assim como fizeram os povos gregos e romanos, é dever de cada nova geração que o utiliza, perpetuação esta que deve estar sob a responsabilidade dos adultos de cada geração. A partir das reflexões de Arendt, a educação deve justamente preparar cada nova geração, ainda em sua infância, a assumir a responsabilidade que seus antepassados tiveram de assumir antes dela. Restringir aos jovens o futuro da política, através do cerceamento ao acesso à educação e política, é reduzir a função da educação a mera reprodução de saberes sem qualquer compromisso com a cidadania.

Para Freire (2000) o processo de ensino-aprendizagem não se trata de uma simples ‘transferência’ de conhecimento, mas sim da construção de possibilidades à jovens e, conseqüentemente, de uma identidade. O ensino já não é mais tratado com um pressuposto à aprendizagem e sim um processo que está a ela atrelado. O que há é uma imensa cortina de fumaça que alastra, deixando a visão das futuras gerações cada vez mais turva e, devido a isso, insuficiente.

No que refere aos aportes metodológicos, a abordagem utilizada ao longo deste trabalho é a qualitativa, que pode ser compreendida, segundo os entendimentos de Richardson (1999), como especialmente válida em situações em que se evidencia a importância de compreender aspectos psicológicos, cujos dados não podem ser coletados de modo completo por outros métodos, devido à complexidade que ensejam, assim como na presente pesquisa. Todas as interpretações dos fenômenos são analisadas a partir do método hipotético-dedutivo, baseado no estabelecimento de hipóteses a partir do parâmetro filosófico estabelecido (FERNANDES; GOMES; 2003).

O tipo de pesquisa a que se adequa é a de caráter bibliográfico, em consultas de materiais já publicados que usam das obras de Hannah Arendt como fonte principal, mesclando com as pesquisas de caráter descritiva e exploratória. Por tratar de um estudo de teor político-filosófico, o instrumento de coleta de dados desta pesquisa foi demarcado pelo exercício de análise e

interpretação das produções científicas arendtianas sobre ação, espaço público, crise na educação, cultura e na tradição, que interessam à reflexão sobre a problemática de pesquisa delimitada e em relação à hipótese lançada.

O arcabouço teórico que diz respeito à autora configura a base do uso da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977). Os elementos coletados foram analisados segundo as delimitações teóricas que surgiram da leitura a fim de que, ao final da pesquisa, seja possível apontar os possíveis elementos à reflexão desses assuntos na área de conhecimento da Filosofia, Educação e do Direito.

Intersecções entre educação e cidadania por entrelinhas arendtianas

Conhecida por abordar o recorte das grandes crises pós-modernas em decorrência da ascensão do totalitarismo, Arendt demarca como tais crises não tornaram alheias ao cenário educacional. Apesar de abertamente considerar-se aquém dos estudos acerca de metodologias pedagógicas e de uma filosofia da educação, é possível retratar que o pensamento de Hannah Arendt, principalmente na obra *Entre o Passado e o Futuro* (2013b), apresenta contribuições à epistemologia e prática do campo educacional.

Inserida em um contexto pós-guerras e domiciliada nos Estados Unidos da América, apresentou o que nomeou de crise na educação americana, baseada em três pilares principais: em primeiro lugar, a legitimação de um mundo das crianças desassociado ao mundo dos adultos, o segundo é relacionado à pedagogia cediça ao ensino generalista, ancorado por um professor sem autoridade, o que enseja no terceiro pressuposto, a intencional liquidação do papel do professor a fim de potencializar um pragmatismo no processo de aprendizagem.

A aproximação de Arendt com os estudos voltados à educação sempre foi envolta de interpretações e aproximações equivocadas sobre o pensamento da autora. Leitora de pensadores clássicos, em toda cadência de sua filosofia, Arendt retoma as fundações para refletir sobre os emblemas do espaço público atual. Seu apego à filosofia clássica grecorromana corroborou para a construção de percepção pessoal sobre tradição. Nos dizeres de Schütz (2016), a tradição se faz no intangível que a cada geração mantém vivo através do oferecimento pelos mais experientes aos inexperientes.

É a partir desta perspectiva que abre o caminho para compreender, em uma leitura arendtiana, os percursos para o bem fazer educativo, desde o recebimento dos indivíduos no ambiente escolar até a efetivação dos seus aprendizados no mundo das aparências, onde os já educados exercem a ação política.

A ação política como sentido à educação: as vivências e narrativas a partir do espectro escolar

No cotidiano do espaço público há, entre os indivíduos integrantes, uma teia cadente das relações humanas. Relações essas que, segundo Hannah Arendt (2016), nos aproximam de acordo com os interesses em comum e é efetivada através da ação na coletividade. No quadro de isolamento dos homens (e de mulheres), a realidade perene de estar só é vista como a negação do exercício da ação política e a expansão do estado de deserto. Este espaço de aparência, que não pode ser enquadrado como um espaço físico, palpável, construído e delimitado por muros, é aquele onde se desenvolve a ação, o discurso e a manifestação do juízo.

É a partir da comunicação, dentro da teia de relações humanas, que é possível discutir o que houve no passado e realizar projeções sobre o futuro, atos esses que são fundamentalmente discutidos em espaços fomentadores de informações, como as escolas. Porém, a literatura arendtiana elucida que só é possível tratar sobre ação política no meio daqueles que já estão educados. Tais alegações demonstram seriedade, uma vez que espaços de convivência e trocas de experiência, como o espaço escolar e, principalmente as salas de aula, são de grande importância para a quebra das barreiras das diferenças entre os indivíduos desde a infância.

É com a ação e o discurso que os indivíduos são diferenciados dos demais seres vivos, para além de uma acepção biológica. É através do mundo de aparências que materializa a inconfundível singularidade para que cada um desses indivíduos afirme e reafirme através de suas narrativas. O mundo, enquanto espaço de convivência, é o ambiente no qual são expostas as subjetividades, bem como há o contato com a variedade dos fenômenos humanos no ambiente de pluralidade de aparências.

A ideia sobre ação é pressuposta pela existência de uma narrativa em constante desenvolvimento e que, em seu desenrolar, torna experiência política à medida que oportuniza

aos iguais desenvolver o sentido de sua existência por meio do exercício da cidadania. A essência de toda a ação, em particular a política, é formar uma cognição que permita aos homens de ação, e não aqueles de contemplação, formas que possibilitem aprender a lidar com o que passou e que possam reconciliar aquilo que ainda existe.

Nos dizeres de Benhabib (2006), há uma tripartição das atividades correlatas à ação política humana, sendo elas: a natalidade, a pluralidade e a narrativa. Arendt se preocupa efetivamente com o agir ético dentro da construção da identidade de um sujeito. A ação e o discurso humano, para a autora, necessariamente deve seguir esses três pressupostos, o de um *initium*, a troca de experiências a partir da teia de relações humanas (2016), e a narrativa.

A questão da natalidade, amplamente distribuída nas obras arendtianas, é um conceito central para entender o pensamento da escritora e é ponto de partida desse processo. É importante destacar que aquele ser que nasce e se faz cidadão, sempre irá integrar uma pequena parte dentro de um todo que foi fundado muito antes deste ser, mas por ele esperava para o compor e dar continuidade (Arendt, 2013b).

Esse já situado recém-chegado ao crescer e efetivar-se como cidadão do mundo sai de um lugar próprio específico, a esfera privada da vida, para coabitar junto a outros cidadãos o espaço público. Uma vez que esse ser existe, ele não só habita como coabita e deve, em toda sua existência, dividir tal espaço com outros iguais. É uma responsabilização inata a todos aqueles que nascem. Com um novo indivíduo que surge no mundo é acompanhado de imprevisibilidade. Há o renascimento da esperança, uma nova oportunidade que apenas este poderá fazer da forma que assim o desejar, baseado em suas experiências sensoriais particulares. São as boas novas que, individualmente, irão modificar o mundo, seja de forma positiva ou negativa, através de seus discursos e ações.

É deste recebimento em diante, que os discursos e, conseqüentemente, as narrativas abordadas por cada indivíduo reverberam-se na comunidade. As impressões pessoais, os atos, os diálogos, os testemunhos agregam para que, a cada construção e reconstrução projetada por um cidadão dentro do espaço público deixe sua marca no mundo e a contribuição necessária para que, aos seus trajetos tornarem memória, possam servir de base àqueles que virão a integrar este ambiente.

Para que se possa pensar sobre diversidade e um espaço de trocas a partir do espectro

educativo é necessário remeter ao conceito arendtiano de alteridade. De acordo com Cenci e Casagrande (2018) é substancial refletir sobre a ação para com o eu-outro. Em outras palavras deve-se, a todo momento, realizar um juízo de valor sobre a ação para além de si mesmo, pensar consigo e para o próximo. Ora, se a ação é realizada em meio à sociedade, jamais sendo possível agir sozinho em um espaço público, uma vez que ele é composto por um coletivo de individualidades, a poda de alunos e alunas para possa existir plural se inicia no ambiente de transição. Dentre os espaços próprios de educação formal, nenhum outro lugar é mais fértil para esta compreensão quanto o ambiente escolar.

Quando não compreende o cerne da alteridade, fora de sua zona de conforto pessoal, secularizando as particularidades e diferenças em prol de algo maior, não está em um espaço público garantido pelo exercício de liberdades. É deparado, então, com o totalitarismo. Não há capacidade de agir dos indivíduos. Não há locus para discurso. Não há poder. O que existe é apenas coerção, violência e singularidades apagadas pelo terror imperativo. O homem é forçado a se remoldar com temor a violência. Nega sua natureza, sua condição humana e, principalmente, rejeita a pluralidade.

Nesse sentido, um ser vivente não pode ser igualado ao cidadão, uma vez que o cidadão age diretamente na vida política de sua comunidade. Por isso, um ser que age é, primordialmente, um ser que reflete, podendo chamar este de cidadão. Já o ser que não age é apenas um ser vivente. Sua participação na vida política é limitada. É a partir do exercício da vida política se trata sobre a ação segundo Hannah Arendt, pois o reconhecimento do outro dentro do espaço público como igual a si e, da mesma forma, plural, ou seja, com suas devidas particularidades, são o que gera a ação.

Para Arendt (2016), o único fator indispensável para a produção de poder é a convivência entre homens. É diante de tais ideias que é possível traçar um paralelo entre o compromisso com a cidadania, o direito a ter e exigir direitos, e a coletividade no espaço público. Da mesma forma que há pluralidade no espaço público e, porventura, político, há pluralidade no espaço de transição e pré-político, o ambiente escolar.

Se, como diz Arendt (2013b), o movimento do tempo histórico iniciou sendo baseado pela ascensão e declínio da vida biológica como retilinear, sabe-se que envolvendo o agir, as eventualidades humanas, situação únicas e imprevisíveis, que pode remeter ao passado ou

inaugurar o novo, não há como fugir da circularidade temporal. Se o corpo perece, aquilo que reside no coração de cada indivíduo e que o tira do campo do abstrato ao real por meio do discurso, meio pelo qual a ação política é efetiva, não há o que falar em mortalidade. A vida esvai, a história é mantida. Preservada através das narrativas que carregam a tradição por meio da história falada.

Esfacelamento da tradição e crise da cultura: a ascensão de políticas totalitárias sobre a educação

Para compreender a categoria de tradição, Arendt (2013b) lança um recorte sobre a chamada ‘trindade romana’, a fim de assimilar a forma que deu a importância, para além de qualquer critério de temporalidade, da fundação de Roma. A tradição, religião e autoridade representam o tripé para a fundamentação de toda a base cultural do ocidente até a atualidade, de forma a ser substancial entender a intersecção entre tradição e autoridade para desenvolvimento do estudo. Perceber o sentido clássico de tradição é essencial para entender como a crise desta ocasiona a crise educacional. De maneira sintética, para Arendt (2013b), no capítulo *Tradição e a Época Moderna*, a crise na tradição se faz com rompimento do elo estabelecido entre os aprendizados deixados no passado para aqueles que firmam no presente.

Na visão da autora, a quebra já ocorreu. A partir da interpretação arendtiana, a ponte entre o passado e o futuro estabelecida pela tradição transformou-se em uma lacuna desencadeada pela experiência totalitária, onde as ressonâncias do feito são vivenciadas pelas sociedades pós-modernas. A desintegração da tradição evidencia o desligamento do sujeito ao acesso às experiências pertencentes à comunidade, o qual compromete a construção de uma identidade de uma singularidade e desagrega as vivências do mundo plural. Eccel (2018) versa sobre a relação da tradição com a memória a partir de Arendt, em que pontua não ser possível a conservação da tradição de outra forma que não seja a reverberação da memória por meio das narrativas, todo tesouro nos deixado ao longo da história.

É necessário entender que a conservação não pode ser atrelada ao conservadorismo e sim aproximada de uma ideia de proteção da tradição que, desvinculando das atribuições uma conotação de moralidade, mas relacionada à responsabilidade e cidadania. É a partir de tal

conservação que mantém o laço entre a herança deixada pela maturidade que os antigos nos entregam, mesmo que nós não queiramos, e se faça juízo de valor a partir da concepção coletiva e particular de mundo (ARENDDT, 2013b). Se a carne nos faz efêmeros, é por meio das narrativas que as tradições são conservadas e repassadas às novas gerações que não puderam vivenciar as experiências do passado.

Ao desenvolver sobre a experiência totalitária, na obra *Origens do Totalitarismo* (2012), Hannah Arendt pontua como uma das características de governos totalitários a interdição do pensar. A categoria do pensar é concebida por Arendt n' *A vida do Espírito* (1993), de forma a compor uma dentre três atividades espirituais básicas, juntamente com o querer e o julgar. É no 'parar-para-pensar' exercido durante o ato reflexivo que dá o pensar, de modo a anteceder quaisquer comportamentos dos sujeitos.

A ânsia por uma racionalidade, de ponderar atos baseando-se não apenas em conhecimento, mas em experiência, é realizado na *vita contemplativa*. Para que se prossiga com ações políticas, o ato de pensar deve ser primado. É no 'estar só', numa perspectiva de dualidade intelectual, o indivíduo acompanhado de sua consciência, de forma temporária, pode compreender questões tangentes ao mundo que está inserido (ALMEIDA, 2010). Não há um fim concreto atrelado à atividade de pensar, o fim recai no próprio ato de pensar. Ainda que sejam lançadas 'verdades absolutas', (re)pensar e questionar é necessário.

Foi dentro das amarras do totalitarismo que, para manutenção do poder sem legitimidade, pensamentos dissonantes foram reprimidos. É inserido em um governo totalitário que, segundo a visão arendtiana, ocorre a fabricação de indivíduos impedidos de executar o pensar. Ao contrário de 'estar só', são postos em solidão, em que os sujeitos são exilados do espaço público e a inibição do agir político. Essa construção de uma sociedade atomizada é efetivada ao perceber que já não é possível questionar a hegemonia vigente. A juventude exerce função primordial nesse processo. A má educação associada à apatia política contribui para que a não reflexão e, conseqüentemente, o não julgar, se estabeleçam.

Durante o ensaio *A crise na cultura: sua importância social e política*, presente na obra *Entre o Passado e o Futuro* (2013b) e originalmente escrita em meados do século XX, a questão é mergulhada em uma análise diferente. Arendt apropria-se do significado romano de cultura, acerca do cultivo e do que interliga o homem e a natureza e, em sua originalidade, referia à

agricultura e ao espírito de cuidado com a terra. Para ela:

[...]A palavra “cultura” origina-se de *colere* cultivar, habitar, tomar conta, criar e preservar—e relacionam-se essencialmente com o trato do homem com a natureza, no sentido de amanho e da preservação da natureza até que elas e torne adequada à habitação humana. Como tal, a palavra indica uma atitude de carinhoso cuidado e se coloca em aguda oposição a todo esforço de sujeitar a natureza à dominação do homem (ARENDDT, 2013b, p. 265).

A autora, apesar de utilizar essa noção, vai além. Passos (2017a) retrata a atribuição de cultura cunhada por Arendt ao que é criado por mãos humanas e deve ser cultivado, habitado e preservado. A cultura se apresenta como uma espécie de o lugar comum, com suas narrativas cristalizadas e a narrativa em suas formas de linguagem que causam a identificação das gerações na fundamentação de atos éticos (ARENDDT, 2013b).

No que refere a habitar um mundo baseado na pluralidade, Passos (2017b) reflete sobre esta como fomentadora da característica fundamental do mundo de aparências. A pluralidade humana é inumerável, incontável e infinita. A partir do pressuposto que todos os indivíduos devem conviver e dialogar em prol de um bem comum e maior a todos, o discurso é uma ferramenta indispensável para exercer o pensamento político de uma sociedade.

Nasce à comunidade aquele que, após passar pelo ambiente escolar, meio de desigualdade e assimilação da função político-social dos indivíduos na infância para o futuro como cidadão atuante, compreende que o seu recebimento na sociedade possui finalidades. Para Bertolazo (2013), o *locus* de desenvolvimento da ação, do discurso e a faculdade do juízo é no espaço de aparência. É neste ambiente que cada singularidade-plural de cada indivíduo é despertada para que, este que ali conviva com os demais, possa agir.

No coletivo, passamos a entender que criar o mundo é um diagrama entre as obras e a linguagem, onde cada ser interage com os corpos que lhe estão disposto, facilitando as capacidades humanas de ler e compreendê-los. Os artefatos e obras, assim como sua capacidade de comunicação, condiciona os homens. Quem deixa vestígios de uma geração para outra geração acaba por conferir a eternidade dentro da mundanidade (ARENDDT, 2016). Sobre esse aspecto há duas vertentes sobre a forma de usar a palavra para deixar os vestígios, uma é por meio dos próprios punhos e a outra é a de ser lembrado pela memória que os outros cultivam sobre seu eu aparente.

A questão é expandida à uma discussão sobre cultura e memória na separação de sua espontaneidade enquanto fatos no mundo das ações. A situação dá a partir da capacidade de fabricação, ou seja, entre o fabricante e a obra por si só, ou seja, no momento em que o ato é corporificado e que o seu significado ganha autonomia. Contudo, produto e homem desenvolveram um processo de reabsorção numa característica controversa da modernidade, a criação de coisa que transita do efêmero e do durável (CÉSAR; DUARTE, 2010).

De acordo com Arendt (2013b), a relação entre sociedade e cultura de massas não trata da massa em si, e sim a sociedade na qual tais massas são introduzidas. A intenção é a solidão permanente do homem para que possa ser priorizada a lógica de produção e consumo. A sociedade passa a desencadear o fenômeno de monopólio da cultura a fim de cumprir o propósito de romantização da figura do trabalhador. A problemática caminha mais ainda ao analisar a importância de educar-se a fim de progredir socialmente e não chega, ao menos, a estar em uma opção para determinadas camadas sociais.

A ideia de utilidade não foi abandonada. O conhecido da literatura arendtiana *homo faber*, aquele que fabrica o mundo, não desvincula sua imagem às ideias de permanência, estabilidade e durabilidade. Tudo deixado ao léu em virtude da abundância promovida pelo *animal laborans*. Nesse sentido, Passos (2017b) disserta sobre a aniquilação do sentimento de coletividade em prol do individual, o sentido em possuir e consumir desencadearam a reação nos indivíduos em ignorar o que tange ao mundo comum e o sentimento de distanciamento com tais tradições.

Em uma sociedade ditada pelos regramentos de produtividade e consumo não é possível saber a forma adequada de cuidar do mundo e daqueles que pertencem e virão a pertencer a tal comunidade. O indivíduo inserido nesta lógica fabril estabelece o ponto central de sua vida às superfluidades da vida.

O manejo da cultura nos sistemas totalitários leva o debate para além do campo da política, observando que imposição de limite ao que pode ser questionado em um governo com um posicionamento totalitário não há espaço para o pensar. Todo esse processo autoritário implica urgentemente na relação entre política e a cultura, no qual as catástrofes coletivas provocadas por regimes autoritários são caracterizadas pelo descarte da matriz social da memória em favor de um objetivo futuro, o progresso.

Esse pacto social encaixa sobretudo na transição da noção de ação para o âmbito institucional político. Nesse caminho a ação política acaba proporcionando uma espécie de institucionalização do silêncio e articulação das narrativas em nome de uma grande promessa de alienação humana. A condição de alienado ressalta o poder de articular as vivências humanas no que aparece como problema, dado a lógica da política e liberdade vistas em um contexto de ruptura, conforme o fato histórico totalitário.

Inimigo objetivo em sala de aula: a morte da autoridade escolar como cerne da crise na educação no Brasil

Ao adentrar à crise na educação em leitura arendtiana, é constatado que o exercício pleno da educação está no equilíbrio entre aqueles(as) que apresentam ao mundo como novidade e o repasse de narrativas políticas que serão úteis ao mundo político que elas integrarão. Para César e Duarte (2010), prender crianças ao mundo de crianças é reduzir o exercício de contato com a pluralidade a um autoritarismo provocado pelas próprias crianças. O mundo das crianças não pode, de forma autônoma, prepará-las para os emblemas que surgirão no mundo comum, apenas um cidadão, na forma de professor, pode realizar essa instrução.

Em paralelo à experiência da tradição caminha a autoridade que, em igual medida, carrega consigo atribuições equivocadas do sentido que abrange. A autoridade, segundo Arendt (2013b), deve ser concebida como a força que funda a sociedade e pela qual esta é comandada, sempre referindo aos construtores da cidade. Para Arendt, é uma condição exercida pelo sujeito, ou seu cargo, que não necessita de coerção ou persuasão para exercer sua responsabilidade para com o mundo. É preciso evidenciar que há uma má interpretação do conceito de autoridade, em sua originalidade, *augere*. Nas palavras da autora: “não estamos em posição mais de saber o que a autoridade realmente é” (ARENDR, 2013b, p. 128).

Constantemente, se confunde a noção de autoridade com autoritarismo e até com poder. Com isso, muito equivocadamente atribuem à autoridade uma ideia de que essa é algo que nunca foi. A associação inevitável de autoridade ao sentido de obediência e, conseqüentemente, submissão, faz com que a agregue constantemente à concepção de coerção e/ou persuasão. Quando tratamos da questão da autoridade, Oliveira (2006) ressalta que estamos

lidando com uma existência hierárquica entre os indivíduos que se relacionam. A relação de fundação, permanência e perpetuação cria um elo entre as gerações fundadoras e as vindouras, o que cria uma noção de passado como local de referência.

Paulo Freire (2000), esclarece no mesmo sentido que, devido às marcas de totalitarismo deixadas no mundo estenderam provocando, também, uma corrupção à imagem de professores e professoras. Após os eventos totalitários na primeira metade do século XX, o imaginário da postura de um professor com comportamento tirânico foi estimulado, o que Freire nomeou como ‘antipedagogia da indiferença’.

Há de evidenciar que autoridade e liberdade caminham juntos no espaço de transição. A autoridade funciona como freio à liberdade para que não haja indisciplina. Da mesma forma, a liberdade é vital à autoridade, pois é na ausência de liberdade que se abre espaço para autoritarismos. O equilíbrio deve ser mantido e sem inclinações. A questão da disciplina é, acima de tudo, política, na qualidade de entender que há uma função social enquanto educador.

A atribuição de autoridade cunhada por Arendt não afasta dos expostos em Freire. Carvalho (2017) reflete sobre a aparente contradição em relação à exposição de um espaço educativo e democrático e a legítima assimetria entre a figura do(a) professor(a) em relação ao(à) aluno (a). A aceitação de uma sistemática de ensino que demanda uma hierarquia, de pronto, aparenta transgredir a pertinência de um educar democrático. Para o autor, ingênua ou capciosamente, com a repulsa à ideia de autoridade como fundamental ao processo educativo está substituindo a realização do ‘processo político de democratização da sociedade *pela* escola pelo ideal pedagógico de realizar uma democratização *na* escola’ (CARVALHO, 2017, p. 56).

Não é possível, dessa forma, assemelhar a condição de autoridade à de autoritarismo. Desta maneira, ao retratar a centralidade do problema da educação na contemporaneidade, Arendt (2013b) atribui não unicamente à questão da autoridade, ou apenas da tradição, mas sim de esta ‘ser obrigada a caminhar em um mundo que não é estruturado pela autoridade nem mantido coeso pela tradição’ (ARENDR, p. 191).

Ao tratar os dois últimos preceitos arendtianos sobre crise na educação, são associados ao caráter generalista do ensino em estabelecimentos educacionais, bem como o desmonte da figura do professor, a partir da perda da autoridade deste. Ambas imbricam-se uma vez que, para compreender a crise que assola o mundo contemporâneo, é preciso ir ao entendimento da

incapacidade da escola e da educação em desempenhar sua função mediadora entre aqueles espaços, relacionando-se diretamente à incapacidade do homem contemporâneo para cuidar, conservar e transformar o mundo.

Se torna, então, um emblema de base institucional, sejam elas políticas ou sociais. Hannah Arendt atenta para o perigo que o pragmatismo impulsionado ao meio educacional, transformando-a em mais tecnicista e menos colaborativa. A tecnificação dos indivíduos, a “cultura” (se assim podemos chamar) que são relegados elucidam diretamente quem mantém nas massas e o pequeno grupo daqueles que podem ter acesso à verdadeira cultura e expressões artísticas, uma vez que fica claro o intento na continuidade desse sistema. A introdução cautelosa de meios eficazes para manter o trabalhador produtivo e alienado reafirma-se com a secularização do dever educacional.

Autonomia para exercer uma cidadania por meio de um processo educativo não é uma opção. A essas pessoas são relegadas às sobras de quaisquer que seja o setor social. Não participam dos debates políticos, não exercem atos políticos e, ainda dentro da lógica de consumo que norteia suas vidas, precisam consumir diversão. Parece não haver visão para além daquilo que o mundo de produtividades o propõe enxergar. A produção intencional de entretenimento sem finalidades é direcionada à grande classe formada por essa massa amorfa. Não passam de tijolos na construção de um grande muro.

Ao remeter à imagem da figura professoral em sala de aula, é possível assimilar a maneira que a categoria é atingida por políticas de inclinação autoritária. Nesse contexto, é possível perceber a projeção de alvos. Alvos no sentido que, sempre, em um governo totalitário, são produzidos os denominados por Hannah Arendt (2012) como ‘inimigo objetivo’. Se há, a todo momento, uma lógica de produção de ‘criminalização’ de um determinado grupo que oferece alguma ameaça à estabilidade do regime totalitário. Esse grupo, vítimas escolhidas para serem combatidas e exterminadas, tal qual pragas em plantações, passam a ser apagados.

Não resta vestígios, história ou memória desses. É como se nunca houvessem existido. Não importa quem são, a classe que é o alvo da vez, o importante é que tal inimigo exista. Arendt (2012) rememora a questão de que, percebendo que já não seria possível ir à frente com o extermínio dos judeus, Hitler já havia planejado preliminarmente a dizimação de determinados cidadãos alemães.

Em um ambiente em que impera o terror, qualquer um pode desempenhar o papel de alvo, basta que seja desejo do governo totalitário. Se instaura, dessa forma, uma formação cíclica de vítimas, uma lógica de aniquilação dos ‘indesejáveis’. Não há uma uniformização das condutas que fazem que um determinado grupo se torne o alvo, basta que os escolha, o desenvolvimento de um ambiente que fomenta o terror.

É a partir desse ódio pré-concebido que pode realizar um paralelo entre o inimigo objetivo dos governos totalitários com a *persona non grata* de um regime autoritário, ou com disposições autoritárias. É visível que o atual governo em gestão no Brasil possui posicionamentos para lá de autoritários. Seguindo esse sentido, a todo momento, a produção de inverdades veiculadas nos meios de comunicação, as chamadas *fakes news*, buscam reificar informações que enfatizam o fato de um grupo estar indo de encontro às políticas desejadas pelo governo.

Nesse enquadramento, é possível realizar uma associação entre a *persona non grata* e o desprestígio da imagem dos professores no Brasil, quadro que é intermediado por movimentos neoconservadores que pairam sobre a educação. A todo momento, dá-se largos passos para que a sociedade acelere o doloroso processo de perda da sua sanidade em razão de sofismas. Em um país com tamanha pluralidade cultural, como o Brasil, o frágil argumento sobre o perigo de estar sendo ‘degenerada’ nas salas de aula brasileiras uma determinada ‘moralidade familiar’ não se sustenta frente à noção de uma noção de saberes hegemônicos e o cerceamento de promover um pensamento plural, que é de responsabilidade de professores e professoras.

Como anteriormente tratado no presente trabalho, segundo Arendt (2016), há necessidade de haver uma clara separação entre o domínio da educação e o domínio da vida pública e política. Apesar de suas palavras pressuporem, inicialmente, uma secularidade ao dever de a educação exercer seu papel político, o presente trabalho pretendeu clarificar que, segundo o pensamento arendtiano, o que se analisa, na visão arendtiana, é que a educação se mantenha na esfera pré-política, o espaço de transição que é o ambiente escolar. Paulatinamente, a verticalidade construída na escola entre aluno e professor, decorrente da autoridade existente em tal espaço, é amenizada para que, assim que preparado para assumir suas responsabilidades com o mundo, possa agir.

A eliminação da política do ambiente escolar é não apenas, por si só, uma ação política,

como também trata de um ato autoritário de supressão do pensamento e da liberdade, é negação da realidade. Para Arendt (2012), o autoritarismo personifica-se ao projetar uma falsa realidade que, ao omitir e/ou mentir sobre os fatos, estabelece seu controle sobre a história. Cria uma narrativa que manipula e que afirma que o mundo é como é porque não havia uma alternativa e que qualquer tentativa que mudança trará piora à sociedade.

Dessa forma, é perceptível o redirecionamento intencional da raiz que acende os debates sobre o que motiva a tão citada crise na educação. Sem tratar de questões político-filosóficas, esses governos que põem em xeque o caminhar da democracia, traduzem em seus medos, a fim de se perpetuar no poder, a produção de inimigos imaginários em questões rodeadas de inverdades.

É evidente que a propagação de mentiras prevalece no setor político e caminham deste para a educação. Movimentos que utilizam e se alicerçam na fabricação de inverdades quando está em um contexto político faz com que falas como a proferida pelo atual presidente, que designou o emblema da educação brasileira sendo pelo número excessivo de docentes oculte a verdadeira problemática da crise na educação, apontando com uma consequência da banalização dos princípios morais em sala de aula e não da crise na autoridade relatada por Arendt.

Considerações finais

Chegar à conclusão de uma pesquisa de caráter político-filosófico não produz resultados objetivos e cartesianos, ainda que apresente avanços significativos ao campo de estudos teóricos. A literatura arendtiana aborda, de forma diluída, os entraves que imbricam política e educação e podem ser amplamente aplicados ao contexto educacional brasileiro, principalmente ao realizar uma conexão entre a abordagem realizada por Arendt e o avanço de movimentos neoconservadores sobre a educação brasileira, como o referenciado Movimento Escola Sem Partido.

O uso da mentira como ferramenta de controle de massas na política brasileira sobre a seara educativa possibilitou a perpetuação do autoritarismo ideológico aliado a um referencial de moralidade excludente que produzem uma série de interdições em relação à produção de

saberes no ambiente escolar. O espaço que deveria oferecer liberdade para o pensamento, para além de uma concepção de preparação para o mundo profissional, faz com que não floresça o sentimento de responsabilidade com a preservação do espaço público. Dessa forma, não se é cultivado nos jovens o dever com a prática da cidadania, o que provoca, conseqüentemente, uma repulsa à ação política.

Não se preserva a substancial vivências necessárias à edificação da pluralidade humana em contexto escolar para que, no futuro, tais jovens passem a exercer, a partir de um bem-fazer educativo, um bem fazer cidadão. A fragilização da imagem do professor como gênese ao processo de sucateamento do ambiente escolar fabrica uma série de crises que estão ao entorno da crise na educação, como as abordadas crise na tradição, cultura e autoridade.

O olhar aos processos de humanização entre os indivíduos se dá nos movimentos sociais e nas experiências e lutas democráticas pela emancipação. Brayner (2009) traz, em seus escritos, a comparação de que a libertação por meio da educação seria tal qual o episódio da alegoria de Platão, em que reside a busca pela compreensão de realidade ofuscada por feições imediatistas. É como abandonar o contexto sombrio de quem habita uma caverna e, mesmo com as 'dores', traz a verdade à tona. O MESP não promove o abandono das correntes, persistindo uma visão engessada de mundo por aqueles que um dia irão direcionar o avanço de uma sociedade. É indiscutível a importância que a educação cidadã traz ao contexto sociopolítico de um país.

Referências

ALMEIDA, Vanessa Sievers de. **A distinção entre conhecer e pensar em Hannah Arendt e sua relevância para a educação.** Educação e Pesquisa, v. 36, n. 3, p. 853-865, 2010.

ARENDDT, Hannah. **A condição humana.** 13. ed. Trad. Roberto Raposo. Revisão e Apresentação de Adriano Correia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

ARENDDT, Hannah. **A vida do espírito.** Tradução de Antonio Abranches e Helena Martins. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Ed. UFRJ, 1993.

ARENDDT, Hannah. **As origens do totalitarismo.** Trad. de Roberto Raposo. 10. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

ARENDDT, Hannah. **Crises da república.** Trad. de José Volkmann. 3. ed. São Paulo:

Perspectiva, 2013a.

ARENDDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro**. Trad. Mauro W. Barbosa. 7a ed. São Paulo: Perspectiva, 2013b.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2007.

BENHABIB, Sheyla. El juicio y las bases morales de la política en el pensamiento de Hannah Arendt. **El ser y el otro en la ética contemporânea**. Barcelona, Gedisa, p. 139-163, 2006.

BERTOLAZO, I. N.. O conceito de espaço da aparência em Hannah Arendt. **Ciência e Humanidades**, v. IV, p. 1-21, 2013.

BRAYNER, Flávio. Um mundo entre os homens (um confronto entre Hannah Arendt e Paulo Freire). In: **32º ANPED**, 2009, Caxambu-MG. Sociedade, cultura e educação: novas regulações?, 2009. p. 81.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca. Educação: uma herança sem testamento. Diálogos com o pensamento de Hannah Arendt. 1. ed. São Paulo: **Perspectiva**: FAPESP, 2017. v. 1. 144p.

CENCI, Angelo Vitório; CASAGRANDA, Edison Alencar. **Alteridade, ação e educação em Hannah Arendt**. CADERNOS DE PESQUISA (FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS. ONLINE), v. 48, p. 172-191, 2018.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André. Hannah Arendt: pensar a crise da educação no mundo contemporâneo. **Educação e Pesquisa**, v. 36, p. 823-837, 2010.

COHEN, Stanley. **Folk Devils and Moral Panics**. Great Britain: MacGibbon e Kee Ltda. 1972.

ECCEL, Daiane. **Entre a conservação da memória e a possibilidade de novas fundações: o que permanece da tradição em Hannah Arendt?**. Conjectura: **Filosofia e Educação (UCS)**, v. 23, p. 267-286, 2018.

FERNANDES L. A.; GOMES, J. M. M. **Relatório de pesquisa nas Ciências Sociais: Características e modalidades de investigação**. ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 4, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral. A escola e o desafio da modernidade. **Sumários Revista da ESPM**, v. 6, n. 1, p. 55-61, 2013.

OLIVEIRA, Davison Schaeffer de. Hannah Arendt: a origem da noção de autoridade. **Revista Ética e Filosofia Política**, v. 1, n. 9, 2006.

PASSOS, Fábio Abreu. A CULTURA E A OBRA DE ARTE NA FILOSOFIA POLÍTICA DE HANNAH ARENDT: SINAIS DA ESTABILIDADE DO MUNDO. **Síntese: Revista de**

Filosofia, v. 44, n. 138, p. 5-5, 2017a.

PASSOS, Fábio Abreu. Uma análise da sociedade de massa a partir da perspectiva de Hannah Arendt. **Saberes Interdisciplinares**, v. 3, n. 5, p. 61-77, 2017b.

RAMOS, Moacyr Salles; SANTORO, Ana Cecília dos Santos. Pensamento freireano em tempos de escola sem partido. **Revista Inter Ação**, v. 42, n. 1, p. 140-158, 2017.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SCHÜTZ, Jenerton Arlan. EDUCAÇÃO E TRADIÇÃO: UM DIÁLOGO ENTRE HANNAH ARENDT E WALTER BENJAMIN¹. **Salão do Conhecimento**, p. 2318-2385, 2016.

Submissão em: 26-11-2021

Aceito em: 27-12-2021